

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Débora de Fátima Bernardo Luiz

**O BLOCO DO BOQUEIRÃO DE PASSAGEM DE MARIANA: UMA LEITURA DA
MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NEGRA**

MARIANA

2025

Débora de Fátima Bernardo Luiz

**O BLOCO DO BOQUEIRÃO DE PASSAGEM DE MARIANA: UMA LEITURA DA
MEMÓRIA E DA IDENTIDADE NEGRA**

Este artigo é um trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais: História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, orientado pela Profa. Dra. Janete Flor de Maio Fonseca.

MARIANA

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L953b Luiz, Débora de Fátima Bernardo.
O bloco do Boqueirão de Passagem de Mariana [manuscrito]: uma
leitura da memória e da identidade negra. / Débora de Fátima Bernardo
Luiz. - 2025.
32 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Janete Flor de Maio Fonseca.
Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de Educação e Tecnologia.

1. Cultura - Negros. 2. Memória coletiva. 3. Identidade (Conceito
filosófico). I. Fonseca, Janete Flor de Maio. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.723

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Débora de Fátima Bernardo Luiz

O Bloco do Boqueirão de Passagem de Mariana: Uma Leitura da Memória e da Identidade Negra

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais

Aprovada em 09 de Dezembro de 2025

Membros da banca

Professora Doutora - Janete Flor de Maio Fonseca - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Professor Mestre - Ângelo de Oliveira Gomes Teixeira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Professora Doutora - Gláucia Maria dos Santos Jorge - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Professora Doutora Janete Flor de Maio Fonseca, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Janete Flor de Maio Fonseca, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/03/2026, às 07:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1073814** e o código CRC **5A5DE0CB**.

RESUMO

Este artigo analisa o Bloco do Boqueirão, no distrito de Passagem de Mariana-MG no período de sua criação, na década de 90 até os dias atuais, como espaço de memória, identidade e expressão da cultura negra. O estudo busca compreender como o bloco contribui para a preservação da memória coletiva e para a construção da identidade local, mesmo quando seus integrantes não orientam suas práticas a partir de um viés de pertencimento étnico-racial e nem utilizam conscientemente elementos afro-brasileiros. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou observações das atividades do bloco, conversas informais com participantes e análise de registros históricos e culturais da comunidade. Nossas observações indicam que o Bloco do Boqueirão funciona como um espaço intergeracional de convivência, aprendizagem e transmissão de saberes, reforçando práticas ligadas à memória, à oralidade e à coletividade. Assim, o bloco se configura como um agente de afirmação da cultura negra e valorização da cultura popular, contribuindo para a preservação da identidade comunitária negra em Mariana-MG.

Palavras-chave: Cultura negra. Memória. Identidade. Bloco do Boqueirão. Passagem de Mariana-MG.

ABSTRACT

This article analyzes the Bloco do Boqueirão, located in the district of Passagem de Mariana, Minas Gerais, Brazil, from its creation in the 1990s to the present day, as a space of memory, identity, and expression of Black culture. The study seeks to understand how the group contributes to the preservation of collective memory and the construction of local identity, even when its members do not guide their practices through an ethnic-racial perspective of belonging and do not consciously employ Afro-Brazilian cultural elements. This qualitative research was based on observations of the group's activities, informal conversations with participants, and the analysis of historical and cultural records of the community. The findings indicate that the Bloco do Boqueirão functions as an intergenerational space for coexistence, learning, and the transmission of knowledge, reinforcing practices related to memory, oral tradition, and collective engagement. Thus, the group can be understood as an agent of affirmation of Black culture and appreciation of popular culture, contributing to the preservation of Black community identity in Mariana, Minas Gerais.

Keywords: Black culture; Memory; Identity; Bloco do Boqueirão; Passagem de Mariana-MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rua do Boqueirão em Passagem de Mariana.....	6
Figura 2 – Boi da Manta.....	8
Figura 3 – Desfile do Bloco em Mariana – MG.....	9
Figura 4 – Cabeça de boneco.....	10
Figura 5 – Dona Marlene e integrantes do Bloco.....	11
Figura 6 – Oficina de máscaras.....	12
Figura 7 – Oficina de bonecos.....	13
Figura 8 – Oficina de bonecos.....	14
Figura 9 – Oficina ministrada no Colégio Flecha em Mariana	15
Figura 10 – Desfile do Bloco em Mariana – MG.....	17

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAMINHO METODOLÓGICO	3
1. BLOCO DO BOQUEIRÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA	4
1.1 O Distrito de Passagem de Mariana, a Mina da Passagem e o Bloco do Boqueirão	4
1.1.1 Dimensões simbólicas e culturais do Bloco do Boqueirão	7
2. CARNAVAL COMO ELEMENTO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	20
2.2 Blocos afro e afro patrimônio: práticas negras de resistência	21
3. O BLOCO DO BOQUEIRÃO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

INTRODUÇÃO

A cidade de Mariana, em Minas Gerais, guarda uma profunda herança africana que se manifesta na cultura, na religiosidade, na arte, nas festas populares e nas formas de ocupação do espaço urbano. Apesar das marcas da colonização e das tentativas de apagamento das identidades negras ao longo dos séculos, a presença africana sempre esteve viva e atuante na construção da cidade. Essa presença se revela tanto nas manifestações culturais de matriz afro-brasileira quanto nas dinâmicas sociais, econômicas e religiosas que moldaram a história local. Conforme Kabengele Munanga (2004), é essencial rejeitar o dogma da supremacia cultural imposto às populações dominadas, reforçando a necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição afro-brasileira na formação social e cultural da cidade. Dessa forma, compreender a herança africana em Mariana é também um ato de resistência contra o racismo estrutural e as narrativas que historicamente subalternizaram esses grupos.

Desde o período colonial, Mariana foi um importante polo de mineração e um dos centros mais antigos de ocupação portuguesa em Minas Gerais. Entretanto, a narrativa oficial sobre sua formação muitas vezes silenciou o papel fundamental da população negra, na construção de seus espaços, igrejas, ruas e na organização da vida social. Negros escravizados, livres e libertos desempenharam funções essenciais na mineração, na arquitetura, no artesanato e nos serviços urbanos. Também contribuíram para a formação das irmandades religiosas, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Essa irmandade, ainda existente, simboliza a resistência e a fé de um povo que construiu sua espiritualidade mesmo diante da opressão.

A presença negra na região não se restringe ao passado. Ela continua se expressando em comunidades, tradições e práticas que mantêm viva a memória de seus antepassados. Um exemplo marcante é a comunidade de Furquim, reconhecida por preservar elementos culturais e históricos que remetem aos antigos quilombos da região. Pesquisas de história oral apontam como essas comunidades reconstroem cotidianamente sua identidade afrodescendente, reafirmando vínculos com a ancestralidade e com o território (Carvalho, 2018). As festas populares, como as congadas e marujadas, os toques de tambor, as procissões religiosas e os rituais da Igreja do Rosário são expressões dessa memória viva, em que se misturam fé, música, dança e resistência.

O Bloco do Boqueirão, localizado no distrito de Passagem, em Mariana (MG), representa uma das mais expressivas manifestações culturais da região. Surgido a partir da tradição popular e da força da coletividade, o bloco é um importante espaço de convivência, memória e resistência, que há décadas anima o carnaval local e mantém viva uma herança

cultural profundamente marcada pela presença negra. Através de seus desfiles, personagens e músicas, o Bloco mobiliza a comunidade e reforça laços de pertencimento e identidade.

No entanto, ao dialogar com integrantes do Bloco do Boqueirão, foi possível perceber que muitos deles não têm plena consciência da dimensão simbólica e da representatividade afro-brasileira que o grupo carrega. Observamos que o bloco possui potencialidade para reforçar elementos da cultura afro-brasileira, ainda que essa intenção nem sempre seja explicitamente reconhecida por seus participantes. Os bonecos são confeccionados de forma espontânea, sem referências diretas à cultura africana, embora recebam nomes de pessoas da comunidade. As roupas coloridas, apesar de chamarem a atenção pela estética, não possuem, segundo os participantes, um significado definido, e a própria origem do “boi da manta” não é precisamente conhecida pelos integrantes.

Essas observações revelam uma lacuna entre a prática cultural e a compreensão de seu valor histórico e identitário. O Bloco do Boqueirão, ainda que sem plena consciência de sua representatividade, constitui um importante espaço de resistência e preservação de elementos da cultura afro-brasileira, merecendo ser compreendido como instrumento de valorização da memória e da identidade negra. Assim, buscamos refletir como o Bloco do Boqueirão contribui para a afirmação da cultura negra, a preservação da memória e a construção da identidade da população, mesmo diante das fragilidades na percepção de seus próprios integrantes quanto ao significado simbólico de suas expressões.

Dessa forma, propomos, responder à seguinte questão norteadora: Como o Bloco do Boqueirão contribui para a afirmação da cultura negra, a preservação da memória e a construção da identidade da população de Passagem de Mariana, e qual a importância dessa manifestação para a comunidade local?

Entre suas principais ações destacam:

*Valorização da identidade local: A partir da iniciativa dos moradores para manter viva a festa comunitária, o Bloco promove a valorização da cultura local de Passagem de Mariana. Em uma região marcada pela história da mineração e pela presença de populações afro-brasileiras, a manutenção dessas tradições fortalece o senso de pertencimento e a identidade da população negra, cujas heranças culturais são centrais para a formação do carnaval brasileiro (Lopes, 2011).

*Resgate e preservação de tradições: O bloco mantém práticas carnavalescas antigas da região, como o uso de charangas e a presença de figuras simbólicas, como o Boi da Manta¹. Muitos desses elementos têm raízes em manifestações culturais populares e folclóricas que, historicamente, foram influenciadas pela cultura africana trazida ao Brasil. A perpetuação dessas práticas comunitárias ajuda a preservar uma memória cultural que poderia se perder,

¹ Boi da Manta é uma manifestação cultural popular, especialmente forte em cidades de Minas Gerais. Iremos descrever mais à frente.

funcionando como instrumento de afirmação identitária e resistência simbólica frente às narrativas dominantes (Pollak, 1992).

***Protagonismo da comunidade:** Diferentemente de blocos e escolas de samba comerciais, o Bloco do Boqueirão foi criado pela própria comunidade de Passagem de Mariana. Essa iniciativa reforça o protagonismo popular, afirmando a atuação da população negra na construção e manutenção de suas próprias manifestações culturais, além de consolidar sua memória e territorialidade. Nessa perspectiva, Gomes (2012) destaca que reconhecer as práticas culturais negras é reconhecer seus sujeitos como produtores de conhecimento e história.

A importância desta pesquisa está em reconhecer o papel do Bloco do Boqueirão como manifestação cultural que ultrapassa o entretenimento, assumindo uma função educativa e social. Ao ser analisado sob a perspectiva da Lei n. ° 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, o estudo busca contribuir para a valorização das identidades negras e para a construção de práticas pedagógicas e comunitárias que fortaleçam o respeito, a diversidade e o combate ao racismo estrutural.

Por meio dessa análise, esperamos contribuir para o debate sobre formas de resistência cultural e o papel das manifestações populares na construção de uma sociedade mais justa e plural. O trabalho está organizado em três momentos principais:

- 1) **Histórico do Bloco do Boqueirão:** Apresenta a trajetória do bloco a partir de registros orais com fundadores e participantes, documentos fotográficos e observação participante durante os desfiles.
- 2) **Carnaval e cultura afro-brasileira:** Discute o carnaval como elemento central da cultura afro-brasileira, valorizando a história africana e afrodescendente presente nas manifestações populares da região, como o Bloco do Boqueirão.
- 3) **Dimensão educativa:** Aborda o potencial educativo do bloco, suas possibilidades de aplicação em sala de aula e sua relevância para a implementação da Lei n. ° 10.639/2003.

CAMINHO METODOLÓGICO

Esta pesquisa insere no campo qualitativo, por compreender cultura, identidade e memória como construções sociais dinâmicas. O estudo foi realizado no distrito de Passagem de Mariana, com foco no Bloco do Boqueirão, e desenvolveu a partir de três procedimentos principais:

Observação participante: acompanhamento de ensaios, oficinas, reuniões e desfiles do bloco.

Narrativas orais: conversas informais com integrantes e moradores, valorizando a oralidade como fonte legítima de memória coletiva.

Análise documental e bibliográfica: análise de fotografias, registros históricos, materiais do bloco e diálogo com autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Leda Maria Martins. A análise foi interpretativa, buscando categorias emergentes como: memória coletiva, resistência cultural, identidade negra, oralidade e ocupação simbólica do território.

1. BLOCO DO BOQUEIRÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

1.1 O Distrito de Passagem de Mariana, a Mina da Passagem e o Bloco do Boqueirão

O distrito de Passagem de Mariana, pertencente ao município de Mariana, em Minas Gerais, surgiu com a descoberta de ouro no século XVIII. Inicialmente chamado apenas de “Passagem”, o distrito se localiza estrategicamente entre os municípios de Ouro Preto (aproximadamente 12 km) e Mariana (aproximadamente 7 km), sendo um território historicamente ligado à mineração. A região ganhou destaque pela Mina da Passagem, hoje considerada a maior mina de ouro aberta à visitação pública no mundo, responsável por centenas de anos de exploração mineral e atualmente transformada em importante atrativo turístico. A mina oferece aos visitantes um percurso subterrâneo de cerca de 310 metros, com 120 metros de profundidade, incluindo um lago natural e exposição de equipamentos e utensílios utilizados durante o ciclo do ouro. A visitação proporciona uma experiência histórica e educativa, permitindo compreender as condições de trabalho da época e a importância econômica da região.

A história de Passagem de Mariana é profundamente marcada pela mineração e pela presença da população negra, composta majoritariamente por pessoas escravizadas que trabalharam em condições extremamente precárias. Estima-se que cerca de 35 mil escravizados atuaram na Mina da Passagem e no entorno, muitas vezes submetidos a jornadas extenuantes, desabamentos e doenças respiratórias. Esse passado deixou um legado de memória, resistência e luta, refletido nas comunidades, em suas manifestações culturais e nas tradições afro-brasileiras preservadas na região².

Conforme o Censo Demográfico de 2022, o município de Mariana possui uma população total de 61.387 habitantes. Embora os dados específicos para Passagem de Mariana não estejam disponíveis, observamos que a população negra constitui uma parcela significativa da comunidade local, refletindo o histórico de presença afro-brasileira na região³.

² Para aprofundar sobre o trabalho escravo na Mina da Passagem e a presença negra em Mariana, veja: CARVALHO, Leonam Maxney. *Quilombos: Furquim, Mariana, Minas Gerais*. 2018. TEIXEIRA, H. M. *Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana (1750–1830)*. Revista Varia História, 2004. Site Minas da Passagem: <https://mariana.minasdapassagem.com.br/historia>

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022 – Mariana (MG). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

Em reconhecimento à sua importância cultural, Passagem de Mariana foi declarado o primeiro Distrito Criativo de Minas Gerais, por meio da Lei n.º 3.570, de 24 de maio de 2022. A legislação, aprovada pela Câmara Municipal de Mariana e sancionada pelo prefeito, busca reconhecer e fomentar o potencial cultural e econômico do distrito. O título ressalta a relevância do território nas áreas de música, artes, economia criativa e turismo, fortalecendo programas de valorização do patrimônio cultural e promovendo desenvolvimento socioeconômico sustentável⁴.

Dessa forma, Passagem de Mariana constitui como um território de união entre memória, cultura afro-brasileira e turismo histórico, sendo o Bloco do Boqueirão exemplo vivo dessa herança. O estudo deste artigo busca compreender como essas manifestações culturais contribuem para a preservação da memória, a afirmação da identidade negra e a valorização da história local.

Entre os atrativos e marcos históricos do distrito, destacamos também a Mina do Boqueirão, cuja entrada localizava-se na atual Rua do Boqueirão, uma rua estreita do centro do distrito. O termo “Boqueirão” remete à abertura ampla e profunda da mina, tornando símbolo da mineração local. Esse espaço consolidou como um símbolo da cultura afrodescendente, constituindo o ponto de partida do Bloco do Boqueirão, que não se limita a desfilar apenas durante o período carnavalesco, mas também participa de diversos eventos culturais ao longo do ano, tanto no distrito quanto na cidade de Mariana. O bloco mobiliza a comunidade com seus bonecos confeccionados a partir de materiais recicláveis, a charanga e a tradicional figura do Boi da Manta, colorindo as ruas do distrito. A manifestação promove alegria, reforça a memória histórica e fortalece a identidade da comunidade local, celebrando a ancestralidade e as tradições afro-brasileiras.

⁴ Lei nº 3.570/2022, Prefeitura Municipal de Mariana. Portal da cidade: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/passagem-de-mariana-e-instituido-primeiro-distritocriativo-5303>

Figura 1 – Rua do Boqueirão em Passagem de Mariana.

A rua do Boqueirão em Passagem, é famosa por aparições de Maria Sabão, que mora na mesma rua, na sua mina. Maria Sabão era uma escrava muito zelosa com seus afazeres, e fazia sabão de abacate para lavar a roupa dos escravos e da casa, porém quando faltava abacate diziam que ela pegava crianças malcriadas, que falavam palavrão, desobedientes, quem não gostava de tomar banho ou não comia verduras. Até hoje muitos afirmam ver uma fumaça saindo do buraco da mina do Boqueirão, que seria do caldeirão dela cozinhando uma criança para fazer sebo e fazer sabão.



Fonte:<https://acammg.com.br/2021/03/11/rua-do-buqueirao-em-passagem-a-lenda-damaria-sabao/>

O Bloco do Boqueirão surgiu na década de 1990, na Rua do Boqueirão, no distrito de Passagem de Mariana, como uma resposta à exclusão de jovens negros e de classe popular de um grupo carnavalesco já existente na comunidade. Impedidos de participar das atividades desse grupo, esses jovens decidiram criar sua própria manifestação cultural. Assim, construíram, de forma coletiva, um boi de bambu, que inicialmente não era o tradicional “Boi da Manta”, mas um simples boi, dando início a uma nova tradição que, temporalmente, se consolidou como símbolo de resistência, criatividade e pertencimento comunitário.

A guarda desse boi ficou sob a responsabilidade da matriarca Dona Marlene (Marlene Efigênia de Freitas da Silva), figura atuante e respeitada na comunidade. Sua casa passou a

abrigar não apenas o boi, mas também um espaço simbólico de memória e continuidade cultural. Nesse local, eram compartilhadas histórias, experiências e técnicas de confecção do boi, mantendo viva a lembrança dos carnavais locais. Esse processo de transmissão de saberes entre os mais velhos e os mais jovens consolidou o caráter intergeracional do Bloco do Boqueirão, fortalecendo os laços comunitários e a preservação das tradições através da oralidade.

Por volta dos anos 2000, o Bloco do Boqueirão já se encontrava consolidado, contando com a presença da charanga e com o reconhecimento da comunidade de Passagem de Mariana, que aguardava com entusiasmo seu desfile durante o Carnaval. Em meados de 2005, o Bloco incorporou à sua apresentação os bonecos gigantes, confeccionados inicialmente com bambu e materiais recicláveis. Com o Boi da Manta, essas figuras passaram a colorir e animar as ruas do distrito, tornando parte essencial das celebrações locais. Nesse mesmo período, o Bloco foi oficialmente registrado, o que possibilitou sua participação em eventos e calendários culturais da cidade de Mariana, incluindo desfiles no centro histórico e em festivais municipais. Desde 2010, o Bloco do Boqueirão figura de forma contínua no calendário oficial de eventos da cidade, consolidando como uma das expressões mais representativas da cultura popular marianense.

1.1.1 **Dimensões simbólicas e culturais do Bloco do Boqueirão**

Após as pesquisas realizadas e as informações que coletamos junto aos integrantes do Bloco do Boqueirão, foi possível perceber que muitos, senão a maioria dos participantes, não possuem uma compreensão sobre a representatividade afro-brasileira presente nessa manifestação cultural. Constatamos que a confecção dos bonecos ocorria de maneira espontânea e aleatória, sem referência direta a símbolos ou personagens da cultura africana, sendo os nomes atribuídos, em geral, a pessoas conhecidas da própria comunidade, que por serem negras ou estarem ligadas as manifestações culturais e ou religiosas, eram lideranças na comunidade. Essa ausência de referências da herança afro-brasileira revela o quanto o racismo estrutural ainda atua na negação e invisibilização das contribuições negras na cultura popular.

Entretanto, mesmo diante dessa ausência de consciência sobre sua representatividade, é possível reconhecer no Bloco do Boqueirão uma forte potência cultural afro-brasileira. As práticas coletivas que desenvolvem, o uso das cores (predominantemente tons vibrantes, como vermelho, amarelo, azul e verde) e o próprio ato de ocupar o espaço público durante o carnaval, e em outros eventos durante o ano, expressam modos de resistência, de celebração da vida e de manutenção da memória da população negra de Mariana. Essa força simbólica está relacionada ao que Martins (1997) define como performance da memória, em que os gestos, os corpos e as expressões artísticas se tornam espaços de transmissão de saberes ancestrais, mesmo quando o sentido original não é plenamente consciente.

De forma inconsciente, os integrantes reproduzem o “Boi da Manta”, que guarda estreita relação com o boi das manifestações afro-brasileiras encontradas em diferentes regiões do país, como o Bumba Meu Boi (Maranhão, com variações no norte e nordeste), o Boi Pintadinho (Rio de Janeiro e São Paulo) e o Boi de Mamão (Santa Catarina e Paraná). A figura do boi, nas culturas de matriz africana, simboliza a força vital, o trabalho, a fartura e a ancestralidade, representando também a relação entre vida, morte e renascimento, temas recorrentes nas cosmologias africanas e afro-brasileiras. Segundo Munanga (2004), muitas expressões da cultura negra foram apropriadas ou ressignificadas ao longo da história, mantendo vivas mesmo quando seus praticantes não têm plena consciência de sua origem africana.

Figura 2 – Boi da Manta do Bloco Boqueirão de Passagem abre carnaval do Museu de Mariana



Fonte: <https://jornaloespeto.com.br/2025/02/09/boi-da-manta-do-bloco-boqueirao-depassagem-abre-carnaval-do-museu-de-mariana/>

Já os bonecos, em sua maioria, apresentam tons de pele escuros e recebem nomes de familiares e moradores da comunidade, reforçando a dimensão simbólica da identidade negra e da ancestralidade coletiva. Mesmo que a escolha desses nomes e características ocorra de forma aleatória, o gesto de representar pessoas comuns, de origem popular e com traços negros, traduz o reconhecimento da presença e do valor da população afrodescendente. Entre os personagens lembrados, destacamos a figura do Tio Gonzaga, antigo apreciador do bloco, cuja alegria e participação constante inspiraram sua homenagem; o Vô Raimundo (falecido há mais de trinta anos), marido da Dona Marlene que representa a memória dos que ajudaram a construir a comunidade; e a própria Dona Marlene, considerada a guardiã do boi, símbolo de resistência e continuidade das tradições locais. Essas figuras sintetizam o elo entre passado e

presente, materializando, nos bonecos, a memória viva da população negra de Passagem de Mariana.

Figura 3 – Desfile do Bloco em Mariana-MG



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

Figura 4 – Cabeça de boneco

Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

A charanga que acompanha o bloco executa predominantemente marchinhas de carnaval antigas, sem uma intencional representatividade afro-brasileira em seu repertório. Os instrumentos utilizados (clarinete, saxofone, pistom, trombone de vara, tarol e caixas de guerra) compõem uma formação musical típica das bandas tradicionais de carnaval. A presença desses músicos, que participam de forma voluntária e gratuita, nos mostra o caráter comunitário e afetivo do bloco, mas também evidencia o afastamento de ritmos de origem africana, como o samba, o maracatu ou o congado. Ainda assim, o som da charanga, ao se misturar às cores e à alegria do desfile, contribui para a atmosfera de pertencimento e celebração coletiva, reafirmando o papel do Bloco do Boqueirão como um espaço de expressão popular e de resistência cultural.

Podemos ainda destacar a figura da matriarca Dona Marlene, que cedeu parte de sua casa para se tornar a sede do bloco, sendo por muitos anos a responsável por guardar os adereços e confeccionar as roupas do boi. Sua atuação representa o papel fundamental das mulheres negras na preservação da memória e da cultura comunitária, função que, nas tradições afro-brasileiras, é frequentemente associada às mães de santo, griôs e guardiãs do saber ancestral. Como afirma Carneiro (2003), as mulheres negras são pilares de sustentação simbólica e afetiva das

comunidades, responsáveis por manter viva a continuidade das tradições frente ao racismo e às desigualdades históricas. Da mesma forma, Nascimento (1989) enfatiza que a mulher negra é portadora da memória coletiva, sendo ela quem assegura a permanência da identidade e da história do povo negro através das gerações. Assim, a presença de Dona Marlene simboliza essa herança matriarcal e ancestral que sustenta o Bloco do Boqueirão, reafirmando que, na cultura afro-brasileira, são as mulheres que tecem e mantêm vivos os fios da tradição, da resistência e da coletividade.

Figura 5 – Dona Marlene e integrantes do Bloco.

Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão



A trajetória do bloco é permeada pela oralidade, configurando transmissão de saberes não institucionalizada, mas legitimada pela experiência comunitária. Exemplos incluem:

*Relatos sobre a criação do Boi de bambu e primeiros carnavais, contados por moradores mais velhos;

*Histórias de resistência e participação comunitária, compartilhadas durante oficinas.

Figura 6 – Oficina de máscara, ministrada por integrantes do Bloco.



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

Figura 7 Oficina de bonecos, ministrada por integrantes do Bloco.



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

Figura 8 Oficina de bonecos, ministrada por integrantes do Bloco



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

Figura 9 Oficina ministrada no Colégio Flecha em Mariana



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

A oralidade que permeia essa trajetória expressa um tipo de narrativa não institucionalizada, mas legitimada pela experiência vivida e compartilhada. Essa forma de transmissão de saberes e memórias ultrapassa os limites da escrita e das versões oficiais da história, preservando os significados produzidos no cotidiano da comunidade. Conforme Halbwachs (2006), a memória não é um fenômeno puramente individual, mas sim uma construção social que depende de quadros de referência dos grupos sociais para ser formada e mantida. Nesse contexto o Bloco do Boqueirão se constitui como uma manifestação coletiva que reúne diferentes gerações em torno de uma tradição construída e reinventada temporalmente. Cada passo, cada relato oral compartilha e atualiza a memória coletiva transformando o bloco em uma verdadeira “história viva”. Essa vivacidade é sustentada pela afetividade e pela oralidade, dimensões que garantem a permanência dos saberes ancestrais e fortalecem os vínculos entre os membros da comunidade/distrito.

-

A oralidade se integra à apresentação corporal e musical, os participantes conduzem o Boi, manipulam os bonecos e acompanham a charanga, combinando gesto, ritmo e emoção, criando uma experiência de memória viva.

Figura 10 – Desfile do Bloco em Mariana-MG



Fonte: Arquivo do Bloco do Boqueirão

Como aponta Leda Maria Martins (1997), a oralidade nas culturas afro-brasileiras é mais que um meio de comunicação: é um território de memória e performance, onde o corpo e a voz se tornam arquivos vivos da experiência ancestral. O que se transmite não é apenas o conteúdo da fala, mas o gesto, o ritmo e a emoção que acompanham, compondo uma forma de conhecimento que se une passado e presente. Da mesma forma, Muniz Sodré (2005) ressalta que a oralidade é uma tecnologia simbólica da coletividade, capaz de produzir pertencimento e resistência em contextos marcados pela exclusão. Essa concepção se manifesta de maneira clara nas práticas do Bloco do Boqueirão, durante os desfiles e oficinas, a oralidade se faz presente, nas histórias contadas pelos mais velhos sobre a origem do bloco e nas narrativas passadas de geração em geração. O gesto corporal de quem dança e carrega o boi constitui uma verdadeira performance de ancestralidade. Por meio desses elementos, o bloco mantém viva a memória coletiva da comunidade negra local, reafirmando sua identidade e resistência cultural.

Assim, a tradição do bloco vai além da simples reprodução de práticas festivas, ela representa um processo contínuo de reconstrução da identidade e da memória afrodescendente, onde a oralidade atua como instrumento de preservação, resistência e pertencimento. O que se transmite nas falas não é apenas lembrança do passado, mas o sentido de ser e de estar no mundo, ancorado na ancestralidade e na força do coletivo.

O Bloco do Boqueirão é uma manifestação construída de forma coletiva, com intensa participação de várias gerações. A continuidade da tradição, evidencia o papel da afetividade, da oralidade e da transmissão simbólica, podendo ser chamar de história viva.

A capacidade de reinvenção frente às dificuldades materiais e institucionais revela a potência da cultura negra como força estética, política e educativa. Mesmo diante das limitações impostas por contextos de desigualdade e invisibilização histórica o Bloco do Boqueirão resiste e se reafirma como um patrimônio imaterial vivo, capaz de mobilizar práticas, memórias e saberes tradicionais enraizados no cotidiano da comunidade de Passagem de Mariana.

Santos (2007) a memória é um campo de disputa simbólica, onde os grupos buscam legitimar sua presença na história e no espaço urbano, sendo que o Bloco representa uma contra narrativa a esse silenciamento. Ao ocupar as ruas com seu boi e seus bonecos gigantes, reivindica o direito à cidade, ao território e à memória. Mais do que uma celebração carnavalesca, sua presença no espaço urbano é uma ação política e simbólica que afirma a existência e o protagonismo negro em Mariana. Como aponta Rolnik (2015), o direito à cidade envolve a possibilidade de todos os corpos e culturas habitarem e significarem o espaço urbano, rompendo com as lógicas excludentes e eurocentradas que estruturam as cidades brasileiras.

O ato de desfilar pelas ruas torna, assim, um gesto de reapropriação simbólica do território, em que o corpo negro se faz visível e produtor de sentido. O bloco, formado majoritariamente por moradores negros da Rua do Boqueirão, no distrito de Passagem de Mariana, expressa uma relação de pertencimento que vai além da festa, trata de um rito de memória e resistência. Segundo Munanga (2009), a ancestralidade é um princípio estruturante da identidade negra, pois liga o indivíduo ao coletivo e o presente ao passado, mantendo viva a herança cultural africana em meio às adversidades da história.

Nesse sentido, o Bloco do Boqueirão afirma a continuidade das práticas culturais afrodescendentes, materializando a ancestralidade em forma de festa, música e ocupação comunitária do espaço. Como destaca Oliveira (2010), o carnaval nas comunidades negras é “território de memória, pedagogia da rua e afirmação identitária”, onde a alegria é também um ato político.

A memória exaltada pelo bloco é a da comunidade negra de Passagem de Mariana, construída a partir do trabalho, da solidariedade e da criatividade de seus moradores. Essa memória se opõe às narrativas oficiais e elitizadas da história local, revisitando os saberes e as vivências daqueles que foram historicamente silenciados. Conforme Silva (2014), as africanidades se expressam “nas formas de ocupar o espaço, de celebrar e de resistir”, revelando que a cultura afro-brasileira é também uma pedagogia da presença e da coletividade.

O território valorizado pelo Bloco Boqueirão é o da própria comunidade, as casas, becos e ladeiras onde a tradição nasceu, precisamente na residência da matriarca Dona Marlene. Ao realizar seus desfiles nesses espaços, o bloco transforma o distrito em território de memória, identidade e pertencimento, dando visibilidade à periferia e rompendo fronteiras simbólicas. Gomes (2017), ocupar é educar, afirmar o direito de existir e ensinar que a cidade é de todo, reforçando o caráter educativo e político do bloco.

Assim, o Bloco do Boqueirão representa a resistência e a reexistência negra no território urbano. Ele liga passado e presente, resgatando as heranças africanas e atualizando nas expressões culturais contemporâneas. Conforme Santos (2021), manifestações como blocos afro e bois carnavalescos constituem afros patrimônios vivos, cuja transmissão se dá pela oralidade, pelo gesto e pela coletividade. Dessa forma, o Bloco do Boqueirão reafirma o papel da festa como espaço de disputa simbólica e de preservação da memória, demonstrando que celebrar também é resistir.

2. CARNAVAL COMO ELEMENTO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O carnaval brasileiro é uma das mais marcantes manifestações culturais do país, reconhecido internacionalmente pela sua diversidade, criatividade e capacidade de mobilização popular. Embora suas origens estejam associadas a tradições europeias, é inegável que sua reconfiguração no Brasil se deu principalmente a partir das contribuições africanas e afro-brasileiras.

A musicalidade, o ritmo, a dança e a corporeidade de matriz africana imprimiram ao carnaval um caráter único, que extrapola o aspecto festivo para assumir dimensões políticas, identitárias e pedagógicas. Segundo Tinhorão (1988), a festa passou a representar um espaço onde os grupos subalternizados puderam se expressar, criar e resistir. Nesse sentido, o carnaval tornou uma arena de afirmação cultural, onde os sujeitos negros ressignificam o espaço urbano e inscrevem nele suas narrativas e memórias.

A contribuição africana manifesta nas formas de organização comunitária, nos batuques, nos cortejos e nos instrumentos musicais. Essa apropriação transformou o carnaval em uma festa genuinamente brasileira, marcada pela herança negra. Como destaca Muniz Sodré (1998), o samba, enquanto expressão musical afro-brasileira, nasce do encontro entre corpo, oralidade e ancestralidade africana, elementos que estruturam a vivência do carnaval como um espaço de celebração e resistência.

Ao longo da história, blocos, afoxés e escolas de samba consolidaram como importantes instrumentos de luta e visibilidade da cultura negra. O Afoxé Filhos de Gandhi, criado em Salvador em 1949, é um exemplo emblemático: inspirado em valores de paz e espiritualidade afro, reafirma a herança iorubá e o orgulho negro em meio à festa (Carvalho, 2013). Da mesma forma, blocos afros como Ilê Aiyê, Olodum e Muzenza transformaram o carnaval em palco político, utilizando música e estética como formas de protesto contra o racismo e de valorização da identidade negra (Guerreiro, 2010).

O carnaval, portanto, é um território simbólico e político, um espaço de resistência frente ao racismo estrutural e ao apagamento cultural das populações negras no Brasil. Conforme afirma Abdias do Nascimento (1989), o ato de ocupar as ruas, cantar e dançar é também uma forma de “reafricanizar o espaço público”, reconstruindo a memória e a dignidade de um povo historicamente excluído.

Mais do que uma festa, o carnaval se torna um “espaço de pedagogia da cultura”, onde as comunidades negras ensinam, por meio da arte e da performance, a importância da ancestralidade, da solidariedade e da luta coletiva (Silva, 2020). É nesse sentido que as manifestações carnavalescas afro-brasileiras ultrapassam o entretenimento e se afirmam como práticas de resistência e de educação étnico-racial.

De acordo com Stuart Hall (2003), a identidade cultural não é fixa, mas construída historicamente nas relações de poder, pertencimento e representação. No carnaval, essa identidade negra se expressa em músicas, fantasias, rituais, estéticas e narrativas que recuperam memórias coletivas e resgatam ancestralidades. Sílvia Almeida (2025) reforça essa perspectiva ao afirmar que: não é sobre gostar de carnaval. É sobre entender a cultura como essência do Brasil. O passado está em disputa constante, e é nele que buscamos sentido para avançar.

A disputa pela visibilidade das populações negras decorre do silenciamento histórico de seu passado, como demonstram estudos sobre os blocos afro de Belo Horizonte. Esses blocos, como Angola Janga e Magia Negra, emergem como espaços de resistência cultural e política, nos quais as comunidades negras reescrevem suas histórias a partir de suas próprias perspectivas.

No artigo Transformando cruz em encruzilhada: blocos afro de carnaval e a produção de espaços negros em Belo Horizonte, Rezende e Saraiva (2023) analisam como a cidade, planejada para representar a modernidade republicana, apagou a história negra do Curral Del Rey e segregou os negros, proibidos de habitar a nova capital. Nesse contexto, os blocos afro atuam como subversão simbólica, onde a negritude é potência e não subalternidade. Além disso, o estudo Blocos afros do carnaval de Belo Horizonte: racialidade e organização (Revista estudos contemporâneos, 2025) identifica seis práticas que estruturam o cotidiano desses blocos, emocionais, de financiamento, de negociação, de resgate ancestral, territoriais e de construção de saberes, demonstrando que a racialidade e a etnicidade organizam não apenas os blocos, mas também a sociedade em torno deles.

Assim, os blocos afros de Belo Horizonte não apenas celebram a cultura negra, mas atuam como espaços de resistência e afirmação, nos quais as comunidades negras reescrevem suas histórias e reafirmam sua identidade e presença na cidade.

2.2 Blocos afro e afro patrimônio: práticas negras de resistência

Os blocos afro surgem como resposta à exclusão racial e à marginalização dos saberes. Mais do que festas, são coletivos políticos e educativos que desenvolvem, ao longo do ano, ações de fortalecimento da cultura afro-brasileira.

Rezende, Saraiva e Andrade (2023) mostram que a cidade é um espaço atravessado por relações raciais de dominação e resistência. Como destaca Santos (2002), o espaço urbano é resultado de disputas históricas, econômicas e simbólicas. No caso das populações negras, essas disputas se manifestam tanto na exclusão territorial quanto nas práticas de afirmação cultural que reconfiguram a paisagem urbana. Apesar das tentativas de apagamento, a

presença negra nos centros urbanos brasileiros também é marcada pela criação de modos próprios de habitar, celebrar e ressignificar os espaços.

Nessa perspectiva, os blocos afros se configuram como práticas de resistência e reexistência, ocupando o espaço urbano e produzindo territórios negros de encontro, afirmação identitária e celebração da ancestralidade. Lélia Gonzalez (1988) enfatiza que a cultura negra no Brasil é profundamente política, pois expressa estratégias de sobrevivência e de criação de novos modos de existir diante das estruturas de dominação racial.

Os blocos Angola Janga e Kandandu, por exemplo, exemplificam como o carnaval pode se tornar um campo de disputa simbólica e territorial. Ao ocupar as ruas com tambores, danças e corpos negros, esses blocos reconfiguram o espaço público e constroem narrativas de pertencimento, tornando instrumentos de visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira. A metáfora “da cruz à encruzilhada” traduz essa passagem, da dor e da exclusão (a cruz) para o poder e a escolha (a encruzilhada), como espaço de ancestralidade e reinscrição da memória negra.

Abdias do Nascimento (1989) ressalta que ocupar os espaços públicos com expressões da cultura afro-brasileira é um ato político de resistência, pois representa a reapropriação de territórios historicamente negados à população negra. A cidade, assim, torna território de luta simbólica, onde se travam batalhas pela memória, pela visibilidade e pela cidadania.

É nesse contexto que o Bloco do Boqueirão, em Mariana (MG), se insere. Assim como Angola Janga e Kandandu, o Boqueirão transforma as ruas em territórios simbólicos de resistência, articulando memória, africanidade e identidade negra. Sua análise permite compreender como essa manifestação contribui para a afirmação da cultura negra, a preservação da memória e a construção da identidade da população, ao mesmo tempo, em que desafia a hegemonia de uma memória eurocentrada.

À luz do conceito de “terceiro espaço” de Homi Bhabha (1998), o carnaval pode ser compreendido como esse “entre-lugar dos significados e valores”, onde novas identidades híbridas e formas de pertencimento são criadas. Nesse espaço de fronteira, manifestações como o Bloco do Boqueirão reinventam o modo de existir e reinscrevem a presença negra na cidade.

Assim como os blocos afro de Belo Horizonte, como o Baianas Ozadas, Angola Janga e Magia Negra, e eventos como o Kandandu, o Boqueirão afirma o direito da população negra à cidade, à memória e à alegria (Rede 98, 2025; Prefeitura de Belo Horizonte, 2025). Ao ocupar ruas históricas de Mariana e envolver moradores de diferentes gerações, o bloco fortalece vínculos comunitários, resgata memórias locais e transforma o carnaval em instrumento de preservação cultural e afirmação identitária.

Compreender o carnaval como elemento da cultura afro-brasileira exige olhar para além da festa. É necessário reconhecê-lo como espaço de resistência, criação coletiva e disputa por visibilidade. Os blocos afro, institucionalizados ou não, são expressões do afro patrimônio e testemunhos da força da cultura negra no Brasil. O Bloco do Boqueirão, mesmo sem reconhecimento oficial, insere nessa tradição e reafirma a capacidade das comunidades negras de resistirem, reinventarem e deixarem suas marcas na história e no espaço urbano, constituindo, assim, como objeto fundamental para a reflexão sobre cultura, identidade e educação para as relações étnico-raciais.

3. O BLOCO DO BOQUEIRÃO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Lei n. ° 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, representa um marco significativo na luta contra o racismo estrutural e pela valorização da diversidade étnico-racial no sistema educacional brasileiro. Ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. ° 9.394/1996, tornando obrigatório o ensino de História da África e Cultura

Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. A inclusão desses conteúdos no currículo escolar visa promover uma educação que reconheça e valorize as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, além de combater práticas discriminatórias no ambiente escolar. Gomes (2005), a lei representa um instrumento político-pedagógico que possibilita a transformação das práticas escolares excludentes, contribuindo para a construção de uma educação antirracista.

A criação da Lei n. ° 10.639/2003 é resultado de uma longa trajetória de mobilização do movimento negro brasileiro, cujas origens remontam ao início do século XX, com organizações como a Frente Negra Brasileira, criada em 1931, que já reivindicava o reconhecimento da contribuição negra na formação da sociedade nacional e o combate ao racismo nas instituições, inclusive na educação. Temporalmente, essas lutas foram retomadas e fortalecidas por diferentes gerações de militantes e intelectuais negros.

A partir da redemocratização do país, nas décadas de 1980 e 1990, o movimento negro passou a se afirmar com mais força como proposta de intervenção nas escolas, denunciando a invisibilidade da população negra nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. A ausência de referências positivas à cultura e à história negra nos currículos escolares contribuiu para a reprodução do racismo e para a marginalização dos estudantes negros.

Como aponta Carneiro (2003), o racismo no Brasil opera também pela via simbólica, invisibilizando a presença negra e negando seu papel histórico na construção do país. Com o fortalecimento das lutas por direitos civis e por políticas afirmativas nos anos 1990,

especialmente após a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, aumentou a pressão para que o Estado brasileiro assumisse compromissos concretos com a promoção da igualdade racial.

Dessa mobilização histórica, nasceu a Lei n. ° 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, representando um marco na luta por uma educação antirracista.

As bases filosóficas e legais da Lei 10.639/2003 estão fundamentadas na necessidade de uma educação que promova o reconhecimento das diferenças étnico-raciais e a valorização da identidade dos sujeitos historicamente marginalizados. Munanga (2005) defende que a escola tem o dever de oferecer aos alunos uma formação que contemple a pluralidade cultural brasileira, implicando, necessariamente, o reconhecimento do legado africano na história e na cultura nacional. A proposta da lei é superar a visão eurocêntrica predominante nos currículos e permitir que todos os estudantes tenham acesso a uma narrativa mais representativa da formação da sociedade brasileira.

A assinatura da Lei pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, simbolizou o início de um novo ciclo nas políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial no Brasil. No entanto, a efetivação dessa legislação dependeu, e ainda depende, da atuação ativa do movimento negro, que teve papel central tanto na sua formulação quanto na sua implementação. Silva (2003), a implementação da lei exige uma mudança nas relações pedagógicas e sociais, com ênfase no diálogo intercultural e na superação do racismo cotidiano dentro e fora da escola.

O movimento negro teve papel protagonista nesse processo, não apenas pressionando o Estado pela criação da lei, mas também atuando diretamente na formação de professores, na produção de materiais didáticos e na elaboração de propostas pedagógicas. Organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU), Geledés (Instituto da Mulher Negra) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) foram fundamentais na articulação entre sociedade civil e poder público. Além disso, atuam como instâncias de fiscalização e cobrança do cumprimento da lei, denunciando retrocessos e propondo alternativas para sua efetivação.

Apesar dos avanços promovidos pela Lei n. ° 10.639/2003, sua implementação enfrenta diversos desafios. Entre os principais obstáculos estão a resistência ideológica de setores conservadores, a carência na formação inicial e continuada dos professores sobre relações étnico-raciais, e a escassez de materiais didáticos que abordem de forma crítica e contextualizada a história e cultura afro-brasileira. Gomes (2012), a simples existência da lei

não garante sua aplicação, é necessário haver vontade política, recursos pedagógicos e formação comprometida com os princípios da educação antirracista.

Dessa forma, a Lei n. ° 10.639/2003 vai além da obrigatoriedade de novos conteúdos no currículo escolar. Ela propõe uma transformação profunda na forma como a educação brasileira compreende a diversidade étnico-racial e lida com as desigualdades sociais e históricas. Ao reconhecer o protagonismo dos povos africanos e afrodescendentes na formação do país, a lei representa um passo fundamental para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a justiça social. A continuidade da sua implementação depende de um esforço coletivo entre Estado, escolas, educadores e, principalmente, dos movimentos sociais, que continuam desempenhando um papel decisivo na luta por uma educação verdadeiramente antirracista.

A Lei n. ° 10.639/2003, que institui o ensino obrigatório da História e Cultura AfroBrasileira nas escolas brasileiras, completou mais de duas décadas de vigência, mas sua implementação ainda enfrenta desafios estruturais significativos. Pesquisa recente realizada por Geledés e Instituto Alana (2023) com 1.187 secretarias municipais, correspondendo a 21% das redes municipais do país, revelou que 71% das secretarias desenvolvem poucas ou nenhuma ação efetiva para implementar a lei no cotidiano escolar, enquanto apenas 29% possuem iniciativas consistentes e permanentes. Segundo esses dados, 53% das secretarias realizam atividades pontuais, geralmente ligadas a datas comemorativas, e 18% sequer desenvolvem ações relacionadas à temática afro-brasileira (Geledés; Alana, 2023). Além disso, apenas 5% contam com áreas técnicas especializadas para coordenar a educação para relações étnico-raciais, e somente 8% possuem orçamento próprio para tal finalidade (Geledés; Alana, 2023). Essa realidade confirma o que Nilma Lino Gomes (2012) já apontava, a existência da lei não garante sua efetiva aplicação, sendo imprescindível que haja estrutura, recursos e formação continuada para docentes.

Além disso, a inserção da temática é mais frequente na educação infantil e ensino fundamental, estando ainda muito inicial no ensino médio, evidenciando lacunas no avanço da lei nas etapas finais da educação básica (Geledés; Alana, 2023). Estudos acadêmicos reforçam essa avaliação, mostrando que, embora haja intenção política em alguns contextos, a aplicação da lei ainda é marcada pela superficialidade e pela fragmentação dos conteúdos nas escolas (Menezes, 2025). Como destaca Kabengele Munanga (2005), a educação antirracista exige uma transformação profunda na formação dos educadores e no currículo escolar, para superar a visão eurocêntrica e promover o reconhecimento da diversidade cultural brasileira. Exemplos de boas práticas, ainda que pontuais, indicam que é possível avançar quando há investimento em formação docente e articulação entre poder público e movimentos sociais (Alana, 2023). Portanto, os dados apontam para a necessidade de políticas

públicas mais consistentes e o fortalecimento das redes de ensino para que a Lei n.º 10.639/2003 cumpra seu papel de promover uma educação inclusiva e antirracista.

Ao abordar o Bloco do Boqueirão como recurso pedagógico, estamos falando de uma experiência localizada, que dialoga com o cotidiano dos estudantes, especialmente os negros, e com as dinâmicas culturais de sua própria comunidade. O bloco é expressão de uma cultura que resiste fora dos livros, nos corpos, nas ruas e nas celebrações, características que o tornam um dispositivo pedagógico valioso para a educação das relações étnico-raciais.

O Bloco do Boqueirão ensina pela experiência e pela convivência. Suas práticas culturais revelam saberes, memórias comunitárias e modos de resistência que dialogam com o que Kabengele Munanga (2005) denomina de pedagogia das africanidades, ou seja, um processo educativo que valoriza as referências africanas na formação da identidade brasileira.

A presença dos bonecos gigantes e do boi, símbolos do bloco, configura uma linguagem visual e simbólica que possibilita o debate na escola sobre a importância da oralidade, da corporeidade e da memória coletiva. Esses elementos estabelecem um diálogo com o conceito de educação engajada, proposto por Bell Hooks (2013), que entende a prática pedagógica a partir das experiências e histórias marginalizadas, buscando a construção de conhecimento e o empoderamento. Vale destacar que esses bonecos são, em sua maioria, representantes negros e recebem nomes de pessoas da comunidade, fortalecendo ainda mais a conexão com as raízes locais e a valorização da identidade cultural.

Os cortejos pelas ruas configuram uma pedagogia do corpo e do território, ao ocupar a cidade histórica, o bloco transforma o espaço urbano em cenário de resistência e ensino. Nessa perspectiva, a educação acontece não apenas nas salas de aula, mas também nos espaços da vida cotidiana e nas práticas culturais da comunidade (Gonçalves e Silva, 2010).

Através do Bloco do Boqueirão, é possível abordar em sala de aula temas fundamentais da educação étnico-racial, como a formação cultural afro-brasileira, a resistência negra nas cidades históricas, a oralidade como forma de preservar a memória e a valorização da identidade e da estética negra. Esses eixos, quando trabalhados de maneira integrada, contribuem para uma prática pedagógica antirracista e comprometida com a valorização da diversidade.

Em uma cidade marcada pela herança colonial e escravista como Mariana, o Bloco do Boqueirão se torna símbolo de resistência e reapropriação do espaço urbano. Ao desfilar pelas ruas históricas, o bloco inscreve novas memórias no território, desafiando a paisagem que por séculos exaltou apenas a herança branca e elitista.

O ato de ocupar o centro histórico com cores e corpos negros é, portanto, um gesto político que reivindica o direito à cidade e à visibilidade da presença negra.

Trabalhar essa dimensão em sala de aula permite discutir com os estudantes como as manifestações culturais negras ressignificam a cidade, transformando o carnaval em um ato de resistência simbólica. Assim, os alunos compreendem que o território também é lugar de disputa de narrativas e pertencimento.

Dessa forma, o trabalho pedagógico com o Bloco do Boqueirão permite à escola cumprir o que propõe a Lei n.º 10.639/03, ao promover uma educação voltada para o reconhecimento da contribuição negra na formação do Brasil e para o enfrentamento do racismo. Mais do que um conteúdo a ser estudado, o bloco constitui uma experiência viva de africanidade, que conecta os estudantes à história, à memória e às práticas culturais de sua própria comunidade. Ao trazer o Boqueirão para o espaço escolar, a educação se torna mais significativa, territorializada e afetiva, valorizando saberes locais e fortalecendo a identidade negra como elemento essencial da cidadania e da diversidade brasileira.

Ao aproximar o bloco da escola, o professor contribui para romper com o silenciamento das experiências negras e abre espaço para práticas pedagógicas que valorizam a cultura local, a memória coletiva e o protagonismo dos sujeitos negros. Munanga (2005), a educação antirracista requer o enfrentamento das desigualdades simbólicas e a valorização das matrizes africanas que estruturam a sociedade brasileira. Assim, trazer o Boqueirão para o currículo é também uma forma de ressignificar o espaço urbano e fortalecer a identidade negra como parte constitutiva da história local.

Assim, o Boqueirão deixa de ser apenas uma manifestação carnavalesca e se torna um instrumento pedagógico de afirmação, resistência e construção da identidade negra.

Com base na análise realizada ao longo deste trabalho, propomos uma atividade voltada aos estudantes do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), com o objetivo de valorizar a cultura afro-brasileira e promover o reconhecimento das manifestações culturais locais, utilizando o Bloco do Boqueirão como referência pedagógica.

Proposta de Ação Educativa

Etapas	Descrição Atividades	Objetivos Específicos	Fundamentação Teórica	Avaliação
1. Roda de conversa e sensibilização	Apresentação de imagens, vídeos ou relatos sobre o Bloco do Boqueirão. Discussão orientada com perguntas como: “O que representa o bloco para a comunidade?”, “Quem participa e por quê?”, “O que os bonecos, o boi e as cores podem significar?”.	<ul style="list-style-type: none"> • Despertar o interesse dos alunos. • Valorizar o conhecimento prévio. • Promover o reconhecimento da cultura local. 	Educação para as Relações Étnico-Raciais (Lei n.º 10.639/2003).	Observação da participação, envolvimento e contribuições nas discussões.
Etapas	Descrição Atividades	Objetivos Específicos	Fundamentação Teórica	Avaliação

2. Pesquisa e registro da memória oral	Em grupos, os alunos coletam relatos de moradores, familiares e participantes do bloco, registrando histórias e memórias. O professor orienta sobre ética e o valor da oralidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a oralidade como forma de resistência e transmissão de saberes. • Desenvolver habilidades de pesquisa e escuta sensível. 	Martins (1997) – Performance da memória; Gomes (2012); Munanga (2004).	Avaliação do engajamento na pesquisa e da qualidade das reflexões produzidas.
---	---	---	--	---

<p>3. Oficina criativa “Nosso Bloco, Nossa História”</p>	<p>Confecção de mini bonecos com materiais recicláveis, representando pessoas da comunidade ou símbolos da cultura afro-brasileira.</p> <p>Discussões sobre representatividade, cor, corpo e identidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a expressão artística e cultural • Compreender a simbologia afro-brasileira. • Desenvolver sentimento de pertencimento. 	<p>Nilma Lino Gomes (2012); Munanga (2004) – Identidade e consciência negra.</p>	<p>Acompanhamento do processo criativo, participação e reflexões durante a oficina.</p>
<p>4. Apresentação artística e partilha com a comunidade</p>	<p>Desfile simbólico ou exposição escolar dos bonecos, com relatos e produções textuais sobre o bloco.</p> <p>Participação de integrantes do Boqueirão e familiares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o vínculo entre escola e comunidade. • Compartilhar saberes e histórias locais. • Valorizar a identidade negra. 	<p>Educação para as Relações Étnico-Raciais e valorização da cultura popular.</p>	<p>Avaliação coletiva da atividade e auto avaliação dos estudantes.</p>
<p>Síntese da proposta</p>	<p>O Bloco do Boqueirão é reconhecido como prática pedagógica viva que articula memória, identidade e ancestralidade afro-brasileira, estimulando a formação cidadã e crítica dos estudantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar escola e comunidade por meio da cultura. • Promover a valorização da identidade negra. 	<p>Lei n.º 10.639/2003; Gomes (2012); Munanga (2004); Martins (1997).</p>	<p>Avaliação formativa, centrada no processo e na reflexão crítica dos estudantes.</p>

Essa ação educativa, inspirada no Bloco do Boqueirão, busca reconhecer a força da cultura popular afro-brasileira como prática pedagógica viva. Ao trazer a experiência

comunitária para o espaço escolar, o professor estimula os alunos a perceberem como sujeitos históricos e culturais, capazes de preservar e transformar suas tradições. O bloco, assim, deixa de ser apenas uma manifestação carnavalesca e passa a ser compreendido como instrumento de formação cidadã, de construção de identidade e de resistência, em consonância com os princípios da Lei n. ° 10.639/2003 e da educação para as relações étnico-raciais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo o nosso objetivo é compreender de que forma o Bloco do Boqueirão, localizado em Passagem Mariana, contribui para a afirmação da cultura negra, a preservação da memória e a construção da identidade da população local no século XXI. A investigação revelou que, embora o Bloco seja uma organização popular enraizada na comunidade e carregue elementos simbólicos que remetem a tradições africanas e afro-brasileiras, seus integrantes não reconhecem explicitamente a presença e a representatividade da cultura negra na construção de seus bonecos, músicas e rituais. Essa ausência de consciência sobre a dimensão afro-brasileira evidencia a complexidade da preservação cultural, que se dá de forma prática e comunitária, mas nem sempre é articulada teoricamente pelos participantes.

Durante o percurso da pesquisa, constatamos que o Bloco do Boqueirão é um espaço de resistência cultural e de memória, ainda que de forma inconsciente. Mesmo sem a intenção explícita de afirmar a cultura negra, o bloco cumpre um papel essencial na preservação de práticas coletivas, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na valorização da história local. O ato de reunir gerações, confeccionar os bonecos e o boi, tocar as marchinhas e desfilar pelas ruas constitui uma forma de manter viva a tradição e o sentimento de pertencimento dos moradores.

Entretanto, foi possível perceber também a ausência de uma consciência histórica sobre as raízes afro-brasileiras que permeiam essas manifestações. A não identificação do bloco como afro revela um processo de apagamento simbólico que acompanha grande parte das expressões culturais de origem negra no Brasil, resultado de séculos de racismo estrutural e de negação da herança africana na formação cultural do país. Essa constatação reforça a importância de estudos que promovam o reconhecimento e a valorização das contribuições negras para a construção da identidade nacional e local.

Apesar dessa falta de consciência, a pesquisa mostrou que o Bloco do Boqueirão desempenha, na prática, uma função educativa e identitária. Ao ocupar o espaço público, ao promover a convivência entre gerações e ao manter viva a tradição do “boi da manta” e dos bonecos, o bloco ressignifica a memória coletiva e reafirma a importância das culturas populares como expressão de resistência.

Concluimos, portanto, que o Bloco do Boqueirão, mesmo sem se intitular um bloco afrodescendente, é um importante espaço de memória, identidade e continuidade cultural em Mariana. Sua existência desafia o esquecimento, valoriza a comunidade e mantém viva uma herança cultural que, embora nem sempre reconhecida como tal, tem raízes profundas na presença negra que construiu a cidade. Dessa forma, este estudo contribui para ampliar o olhar sobre o papel das manifestações populares na afirmação e valorização da cultura negra, destacando a necessidade de fortalecer o diálogo entre memória, identidade e educação para a valorização da diversidade étnico-racial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALONSO, Leandro Seawright. Memória, história oral e patrimônio imaterial afrobrasileiro: teoria, práxis. Revista ODEERE, Ilhéus, v. 2, n. 4, p. 67–90, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere>. Acesso em: 25 set. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CARVALHO, José Jorge de. Patrimônio imaterial e afrodescendência: uma nova perspectiva de política pública. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

CARVALHO, Leonam Maxney. Quilombos: Furquim, Mariana, Minas Gerais. 2018.

FARIA, Ricardo Henriques de; GOMES, Laurindo Dias; SOARES, Carlos. O negro na história do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022 – Mariana (MG). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2025.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2020.

REZENDE, Ana Flávia; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Blocos afros como espaços de resistência, memória e educação. Caderno CRH, Salvador, v. 38, n. 107, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.ufba.br/index.php/crh>. Acesso em: 22 set. 2025.

REZENDE, Ana Flávia; SARAIVA, Luiz Alex Silva; ANDRADE, Luís Fernando Silva.

Transformando cruz em encruzilhada: blocos afro de carnaval e a produção de espaços negros em Belo Horizonte. Revista Estudos Contemporâneos, 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Pedagogias das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

TEIXEIRA, H. M. Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana (1750–1830). Revista Varia História, 2004.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TINHORÃO, José Ramos. Música popular: do gramofone ao rádio e TV. São Paulo: Editora 34, 1988.

VIANA, Marília; BRUSADIN, Juliana. Afro patrimônio e políticas públicas: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 215–234, 2022.

GELEDÉS; ALANA. Geledés e Alana lançam pesquisa sobre municípios que colocam a Lei 10.639/03 em prática. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/geledes-e-alan-a-lancam-pesquisa-sobre-municipios-quecolocam-a-lei-10-639-03-em-pratica/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Lei n. ° 3.570/2022. Portal da Cidade Mariana. Disponível em: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/passagemdemariana-e-instituido-primeiro-distrito-criativo-5303>. Acesso em: 29 out. 2025.

SITE MINAS DA PASSAGEM. Disponível em: <https://mariana.minasdapassagem.com.br/história>. Acesso em: 29 out. 2025.

ACAMMG. Rua do Buqueirão em Passagem: a lenda da Maria Sabão. 2021. Disponível em: <https://acammg.com.br/2021/03/11/rua-do-buqueirao-em-passagem-a-lenda-da-maria-sabao/>. Acesso em: 29 out. 2025.

JORNAL O ESPETO. Boi da Manta do Bloco Boqueirão de Passagem abre Carnaval do Museu de Mariana. 2025. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2025/02/09/boidamanta-do-bloco-boqueirao-de-passagem-abre-carnaval-do->. Acesso em: 29 out. 2025.

ARQUIVO DO BLOCO DO BOQUEIRÃO. Fotos e vídeos.